

# O estudo psicológico e sociológico da criança

HENRI WALLON \*

*Existem dois pontos de vista, distintos, mas solidários, sob os quais a criança pode ser considerada: o psicológico e o sociológico. Em França é habitualmente o ponto de vista psicológico que prevalece, com exclusão do outro. Resulta daqui não somente uma lacuna, mas uma usurpação pela psicologia de problemas cuja solução é remetida para o indivíduo, quando as suas condições reais são colectivas ou sociais. A mesma crítica pode ser feita, em sentido inverso, aos sociólogos.*

*Esta confusão provém de tradições intelectuais que se exprimem com uma grande nitidez no século XVIII, ainda que remontem mais atrás e por exemplo até Montaigne. O ponto de vista psicológico pode ser representado pelo Émile de J. J. Rousseau. É um livro de educação. O desenvolvimento da criança é nele considerado como autónomo e devendo depender das suas próprias iniciativas. O meio deste desenvolvimento é essencialmente o meio físico, que deve apenas fornecer à criança a oportunidade de se desenvolver o melhor possível por si própria. É o princípio adoptado por certos defensores da educação actualmente designada por nova educação. Trata-se então somente de aptidões pessoais, individuais. A criança deve obedecer à sua própria natureza, que tem apenas que frutificar as suas potencialidades, pois é essencialmente boa. A sociedade só pode corrompê-la. Estamos perante o individualismo integral.*

*Mas, como observou Engels a propósito do Discours sur l'inégalité, J. J. Rousseau tinha o sentido das oposições dialécticas. Como contrapartida ao Émile há o Contrat Social. Os homens vivem em sociedade. Para saírem da sua solidão, é-lhes necessário renunciar completamente a todos os seus direitos que são ilimitados e que tornariam impossível qualquer vida em comum. Depois do individualismo estamos perante o colectivismo integral. Compete com efeito à sociedade no seu todo dar a cada um os direitos que julgará oportunos, mas estritamente os mesmos para todos os cidadãos. Tal é o princípio da igualdade em Rousseau. Não é uma igualdade primitiva dos indivíduos. É uma igualdade concedida a todos, para suprimir entre eles uma concorrência que seria funesta. Há nela qualquer coisa de uma definição. Ela define a sociedade como tal face ao indivíduo como tal. Em presença do indivíduo integral, a sociedade só é possível se ela for a distribuidora suprema dos direitos; arruinar-se-ia a si própria se dispensasse mais a um do que a outro, porque daria ao mais poderoso o meio de liquidar o mais fraco, oprimindo os seus direitos já de si menores. Tem uma função reguladora, mas não possui conteúdo próprio.*

## A ATITUDE INDIVIDUALISTA

*Esta polarização antagónica do individual e do social subsistiu até à nossa época na forma como se distribuíram as nossas pesquisas sobre o homem. Desde o século XVIII que a psicologia de um Condillac tentava explicar o homem total pelo indivíduo, de que fez uma concepção bastante abstracta. Ela acreditou poder analisar, como se tivesse uma origem puramente individual, o que se encontra no conhecimento*

\* Originalmente publicado nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 1947, 3:3-23; republicado em *Enfance*, 1959, 3-4:297-308. Edição portuguesa. H. Wallon, *Psicologia e Educação da Criança*. Colecção Universidade, Editorial Vega, Lisboa (no prelo). Amavelmente cedido pelos editores a *Análise Psicológica*.

de cada um. Análise das ideias, exame formal das suas condições, descoberta da sensação nas suas origens. Toda a mentalidade do indivíduo é formada por impressões e por estados puramente subjectivos, as sensações, as quais, sabemos-lo, podem variar imenso de indivíduo para indivíduo. Assim se edifica o sistema das ideias, a partir daquilo que mais pode isolar os indivíduos entre si. Estamos perante um solipsismo radical. O problema consistia em saber como é que cada um poderia sair de si próprio. A resposta é evidente: através da linguagem. Mas qual a origem da linguagem? Será ela uma convenção à semelhança da própria sociedade, que resulta de um contrato? Mas por que meios e em que bases se estabelece a linguagem? Haverá à partida uma linguagem natural, que procederia das reacções ligadas às sensações, resultantes para cada indivíduo das suas relações com as coisas? Estamos ainda perante a mesma dificuldade: a passagem do individual para o social.

São estes os resultados daquilo a que se poderia chamar a psicologia analítica que parte de um dado conteúdo, que nele encontra estados elementares sob a forma de estados estritamente subjectivos, e que deve no entanto atingir a objectividade, pelas suas consequências. É necessária que as combinações de sensações respondam à realidade do objecto e sejam susceptíveis de serem comuns a todos os indivíduos.

Encontramos também na psicologia francesa uma outra forma de individualismo, não propriamente místico mas, melhor dizendo, espiritualista — o individualismo de Maine de Biran. Está ainda muito impregnado pela filosofia do século XVIII e reflecte muitas influências que lhe vêm de Condillac. Mas a ordem das coisas é invertida. Não são as impressões periféricas, simples sensações porventura illusórias, que põem o indivíduo em contacto com o mundo exterior, mas sentimentos muito mais imediatos, resultantes do esforço para tomar contacto com as realidades, com outros indivíduos. O sentimento do eu, enquanto processo para sair da personalidade própria não deixando de a afirmar, leva-nos a uma outra concepção ainda racionalista mas já com um toque de voluntarismo. Não tardará que, com Bergson, prevaleça esse voluntarismo. O sentimento íntimo do seu eu que conferia ao indivíduo a sua acção sobre as coisas, torna-se autónomo. Transforma-se na intuição pura da sua própria duração, do seu devir, da sua mais íntima individualidade, da sua autarcia total. Simultaneamente, Bergson nega à psicologia científica qualquer possibilidade de existência.

Tanto do lado dos analistas como do lado dos intuitivos, encontramos-nos na presença de um indivíduo fechado sobre si próprio. A psicologia francesa manteve-se em grande parte fiel a esta tradição. Ela tem sido essencialmente uma psicologia do eu. Mesmo

nos psicólogos que tentaram imputar esta noção do eu a factores de ordem natural, a factores não apenas psíquicos mas fisiológicos, por exemplo Dumas. Persiste nele a noção de um eu composto do exterior, mas é o eu que permanece, ainda, o princípio essencial de toda a psicologia. A meta de todas as suas investigações incidiu sempre sobre os correlatos fisiológicos da vida psíquica. Mas na verdade esta análise, que pretendia ultrapassar as sensações e atingir os fenómenos nervosos (e as relações destes fenómenos com os fenómenos do mundo exterior), não conduz, afinal, a uma alteração de princípio. Procuram-se os factores susceptíveis de, por análise, levar à saída do eu, mas é ainda em função do eu. O eu permanece o centro imutável da psicologia, o termo único das suas especulações.

## A ATITUDE SOCIETÁRIA

Mas existe uma atitude inversa e igualmente radical, a da escola sociológica francesa. Durkheim, o seu iniciador, fundamenta a sociologia naquilo a que ele chama as representações colectivas. O papel destas é, de alguma maneira, exclusivo. Tudo aquilo que o indivíduo pode conceber, ou mesmo observar e expressar, não tem uma origem individual mas social. É uma bagagem que o indivíduo recebe da sociedade. Vemos, com efeito, que há crenças que só pertencem a certos meios. São elas que fazem com que o grupo exista. São o seu elo de ligação, a sua razão de ser fundamental. Mas como é que ele próprio poderia existir sem esse cimento que são as maneiras de sentir, os ritmos capazes de pôr os indivíduos em uníssono uns com os outros, sem essas reacções harmónicas que despertam de um indivíduo para outro e que o próprio Durkheim observou e relatou ao estudar o facto religioso nos povos primitivos. É nisto que consiste, em cada um o fundo em que se poderão desenvolver as ideias. É nisto que encontram suporte as psicologias individuais. Mas Durkheim só é sensível à sua uniformidade ritual e conceptual. Os comportamentos individuais não passam de uma expressão da comunidade e se, mais tarde, os indivíduos parecem possuir ideias pessoais, ainda isso não passa de uma ilusão. Inicialmente as ideologias eram muito mais simples. À medida que se foram complexificando, cada indivíduo apropria-se delas por vertentes mais ou menos diversas. Mas na realidade elas são inteiramente de origem social. Durkheim defendeu esta tese sem reservas, na Sociedade de Filosofia. Ele considera que tudo o que pode ser expresso através da linguagem, inclusive os sentimentos, têm uma origem colectiva. Portanto, nada poderia ser mais oposto ao ponto de vista dos psicólogos individualistas do que o ponto de vista de Durkheim.

A tese de Durkheim foi retomada de uma forma mais plástica pelo seu discípulo Haebwachs, que possuía um conhecimento mais fino e mais directo da psicologia, pela qual se tinha interessado, chegando a ser, primeiro, discípulo de Bergson. No seu livro *Les Cadres sociaux de la mémoire*, tentou demonstrar que este fenómeno, tido pelos psicólogos como essencialmente individual, e como um facto de base biológica, vinha pelo contrário em socorro da tese sociológica. Pois até as experiências mais pessoais de um indivíduo, as que têm estritamente a ver com os factos da sua vida íntima ou sentimental, não deixando de se inscrever na sua memória sob a forma de um passado próprio, um passado que só ao próprio diz respeito, só podem no entanto ser formuladas, especificadas e por conseguinte existir, graças às coordenadas fornecidas pela sociedade.

Halbwachs pretendeu demonstrar que as mínimas tentativas que nós fazemos para esboçar seja o que for no nosso espírito, pressupõem um qualquer poder de localização no tempo e no espaço, o que implica o recurso a distinções que só a sociedade em que vivemos pode moldar em nós sob a forma de noções e fornecer para tal as circunstâncias. Suprimam-se essas referências e nada ficará de individual, ou pelo menos aquilo que poderia permanecer fica inexprimível, impossível de individualizar. Para que a memória funcione é necessário que o indivíduo possa enquadrar o seu conteúdo em conjuntos cujos elementos podem de facto variar de pessoa para pessoa, mas cujos termos na sua totalidade não podem deixar de ser retirados do meio social. Não haveria existência intelectual para ele se não existissem estas criações de ordem social a que Durkheim julgara poder chamar representações colectivas.

No entanto a tese de Halbwachs não é exactamente a de Durkheim. Apesar de tudo não esquece que existe uma espontaneidade individual e que as referências sociais não lhe acrescentam senão meios de formulação. É preciso postular à partida uma sensibilidade com todas as suas exigências e toda a sua eventual diversidade. É uma reserva que Durkheim não fez, pois parece encarar o indivíduo como um mero agente que recebe da sociedade não apenas as ideias mas inclusivamente os sentimentos, reduzindo as sensações às fórmulas de troca que permitem a sua comunicação de um indivíduo para outro. Halbwachs não cai nesse exagero. Deixa um lugar à responsabilidade pessoal, ao indivíduo. Charles Blondel declarava que não estaria longe de aderir a esta tese se, apesar de tudo, não lhe parecesse que ela absorvia nos quadros da memória o seu conteúdo essencial.

A posição de Blondel é um pouco diferente. Pretendeu distinguir dois factores igualmente importantes: o psicológico e o social. O indivíduo situa-se na

confluência destas duas realidades. A parte concedida ao social é, aliás, considerável, e Blondel parece por vezes adoptar integralmente as teses de Halbwachs. O que não significa, aliás, que estas sejam anteriores às suas: o livro de Blondel, *La Conscience Morbide*, precedeu o de Halbwachs sobre *Les cadres sociaux de la mémoire*. A diferença das ideias expressas por um e por outro revela bem as diferenças dos seus pontos de partida. Encontravam-se no entanto muito ligados, ambos eram professores em Estrasburgo, e tinham estreitas relações intelectuais. Exerceram sem dúvida influência um no outro. Mas nem por isso os seus pontos de vista pessoais deixaram de ser claramente distintos. Pois Blondel permanece essencialmente um psicólogo, apesar de dar uma grande importância à sociologia.

Na sua obra, *Introduction à la Psychologie Collective*, fornece exemplos que parecem confirmar completamente as ideias de Halbwachs. Cita impressões totalmente sentimentais, totalmente íntimas à sua infância e demonstra que a sua evocação se encontra submetida à de acontecimentos históricos. Por exemplo, a de um muro coberto de cartazes que anunciavam o nome do General Boulanger. Na criança que ele era, ainda alheia à política mas sem dúvida excitado pela efervescência das ruas, uma destas impressões totalmente afectivas que inundam as sensibilidades infantis transformava-se numa recordação capaz de imergir no futuro através unicamente de um incidente que pertence à história do país.

Num outro domínio, aquele em que precisamente Maine de Biran julgava descobrir a revelação do eu a si próprio, através de uma intuição essencial, no domínio da vontade, Blondel vê pelo contrário a marca do social sobre o indivíduo. Longe de encarar, como a maioria dos psicólogos e dos metafísicos, o acto voluntário como a manifestação mais autêntica da espontaneidade individual, aquela em que melhor se poderia realizar a autonomia do sujeito, ou que melhor poderia dela fornecer a ilusão, Blondel vê nele essencialmente o acto mais susceptível de ser justificado por motivos acessíveis à consciência comum e portanto o mais conformista dos actos. Se damos, pelo contrário, à nossa natureza, reagindo antes de poder raciocinar sobre a nossa conduta, de acordo com as normas correntes, e falaremos então de impulsos de reacções independentes da nossa vontade, de incidentes inexplicáveis, etc. É portanto no momento em que o indivíduo se pretende mais livre que mais arrastado é pelos imperativos sociais.

Blondel opera aqui uma verdadeira reinversão dos valores geralmente admitidos. Perante o social, de que mostra a influência poderosa sobre as funções psíquicas reputadas como mais eminentes, qual vai então ser o papel daquilo a que ele chama o psicológico? Blon-

del foi muito seduzido por Bergson, e disso é testemunho abundante a sua tese sobre a consciência mórbida. Adopta aí o modo de expressão bergsoniano como aquele que convém especificamente à sensibilidade íntima do indivíduo. Conformemente à psicologia de Bergson, ele encara como uma deformação do psicológico todas as determinações vindas do exterior.

Essas determinações, que Bergson encara como uma mecanização do psiquismo, são justamente aquilo que para ele representa o aparelho da sociedade: aparelho ritual, verbal, ideológico, jurídico, histórico, etc. Blondel extrai, portanto, da nossa vida tudo aquilo que constitui os hábitos, as opiniões, as explicações, as motivações, como qualquer coisa cuja origem é exterior. Resta então o psicológico. Faz dele o psicológico em estado puro que, reduzido a si próprio, privado de todo o contacto com o exterior, se transforma para o próprio Blondel no patológico.

O psicológico em estado puro só pode, com efeito, manifestar-se nesses estados de consciência autística gerados pelo patológico. Quem quiser encontrar o psicológico em estado puro vá ver os alienados; estes tornaram-se como que estrangeiros na sociedade, ao mesmo tempo que, no seu interior, experimentavam uma arrancada afectiva extremamente poderosa. Não sabem já adaptar-se às convenções do pensamento comum. Nesses alienados, cujo autismo subtrai às influências externas, deparamos com uma linguagem incompreensível, feita de locuções onde se podem detectar resquícios de uma educação intelectual mas sob uma forma confusa, barroca, absurda e totalmente ininteligível. O psicológico que a alienação põe a descoberto não tem, portanto, nenhuma semelhança com aquilo que costumamos considerar ser a psicologia do indivíduo normal, do indivíduo que participa na vida social.

Reencontramos no entanto, através das afirmações do alienado, as razões desta linguagem extravagante. As mesmas expressões podem ser utilizadas simultaneamente em sentidos diferentes. Por exemplo, o coração tanto pode designar o órgão da circulação sanguínea, como a coragem ou o sentimento: «Rodrigo, tens tu coração?»<sup>1</sup>. Os dois sentidos não se confundem. E no entanto é evidente que nunca foram tão estranhos um ao outro como hoje. Com efeito, o alienado toma-o constantemente um pelo outro, e isto da maneira mais surpreendente. Sobre este último ponto Blondel dá, na sua tese, exemplos surpreendentes. Multiplica as observações, que enchem três quartos do volume. Revela aí todas as explicações, todas as descrições que os doentes fazem do seu estado. Encontramos nelas uma série de frases disparatadas, de

incoerências. Estas incoerências advêm de que o alienado, apesar de alguns neologismos, deve ainda tirar as suas expressões da linguagem normal, mas esta sofre todas as deslocamentos que podem responder às exigências impossíveis do inexprimível psicológico em estado puro. O psicológico em estado puro é, segundo Blondel, o subjectivo essencial, que foi fortemente reprimido na vida normal dos indivíduos e que se tornou de tal forma inexistente para a consciência do homem bem adaptado à vida social, que é necessário, para o encontrar, procurar no abstracto afectivo que somente a doença pode fazer emergir à consciência.

Eis o antagonismo. Por um lado a psicologia tradicional que só conhece o indivíduo, e só tenta explicá-lo através dele próprio, indivíduo aliás puramente abstracto, qualquer que seja o esforço de alguns para o atribuir a causas naturais. Por outro lado, os sociólogos, os absolutos como Durkheim para quem o indivíduo é um simples receptáculo perante o social, outros como Halbwachs, que atribui à psicologia o seu lugar, mas de qualquer forma oculto, e Blondel, que tenta mostrar o que é o psicológico, mas sustentando que, tomado por si próprio, ele não pode ser de nenhuma forma assimilado aos estados observáveis no indivíduo normal, vivendo em sociedade: só podemos chegar a ele de forma tangível através daqueles em que ele se torna livre para desafiar todas as formas da razão.

## A ATITUDE TOTALITÁRIA

Paralelamente a estas atitudes bem definidas, e antagónicas, apareceu uma outra que tende a confundir tudo. Foi na Alemanha que apareceu e prevaleceu. O individualismo não está ignorado nela. Podemos dizer que Fichte foi, num determinado sentido, um discípulo da Revolução francesa, ao estabelecer o Eu individual. Mas imediatamente, produz-se nele o que poderia chamar-se uma doença do pensamento alemão: a hipertrofia do conceito. Assim que um conceito se define tende para o gigantismo; absorve tudo nele. Fichte partiu bem do eu individual. Mas, imediatamente, este eu torna-se criador, desmesurado. É o eu-substância, a realidade viva e suprema do Ser. Assume bem um aspecto fenomenal: estabelecem-se limites entre o eu e o não-eu. Mas elas traduzem as flutuações do eu fundamental que é capaz de as deslocar pela sua força de expansão. Tendo como princípio o indivíduo, o eu torna-se totalitário, recria o mundo à sua medida, e as suas fronteiras nada têm de absolutamente fixo.

Em todos os sistemas filosóficos e sob todas as formas que o pensamento alemão utilizou para estabelecer as relações, para fixar os limites do eu com

<sup>1</sup> Citação de Corneille, *Le Cid*. (N. do T.)

o mundo exterior, do indivíduo com a colectividade, vemos reproduzir-se esta infiltração invasora — resultado, ainda uma vez, da tendência para desenvolver este conceito, uma vez admitido, até lhe atribuir dimensões monstruosas. É um pensamento que não tem as delimitações por vezes um pouco demasiado sistemáticas do pensamento francês. Faz com uma facilidade singular aglomerados de todos os pontos de vista, de todas as realidades possíveis. É totalitário e sincrético. Nas relações entre o individual e o sociológico, em vez de analisar estas duas noções, de procurar as suas condições, de estudar as realidades correspondentes, tenta prolongar o indivíduo em qualquer coisa que possa ultrapassá-lo desmesuradamente. Será, por exemplo, a sincretização da raça. O sincretismo leva naturalmente tudo para o mito. É assim que com a raça vemos reaparecer o deus Wotan, como a razão de ser do povo alemão. Há muito tempo que os mitos cobrem e consagram obscuras assimilações que não resistiriam à crítica, entre noções ou realidades sem medida em comum. O racismo é o sincretismo do biológico, do psicológico, do social. Ele pretende explicar o indivíduo no seu todo pelo sangue que corre nas suas veias.

Já não existem nem consciência nem pensamento individuais, mas uma amálgama onde todos os elementos se confundem e onde se situam, em última análise, os elementos mais arcaicos, onde a antropologia se torna directamente determinante sobre cada indivíduo.

Outro exemplo, em que o ponto de partida já não é o individual, mas pelo contrário o todo. Existe uma escola de psicologia alemã muito interessante, a da Gestalt (também chamada da Forma). O seu ponto de vista é actualmente adoptado por muitos psicólogos: o conjunto domina sobre o pormenor. Os elementos de que as coisas são feitas têm menos importância do que a sua estrutura. As estruturas são a razão de ser do detalhe e os detalhes só recebem o seu significado do conjunto.

Esta teoria tem como origem experiências feitas sobre a percepção de figuras cuja interpretação se mantinha a mesma, apesar das modificações nos pontos ou nos traços que a compunham, e cujo aspecto podia, pelo contrário, transformar-se, tendo apenas sido modificados alguns dos seus detalhes. Assim cada um destes pontos ou destes traços não tem significado em si mesmo: é do conjunto de que faz parte que ele recebe uma significação.

Já com os gestaltistas como Koehler ou Koffka, que são, aliás, espíritos subtis e advertidos das coisas da ciência, este ponto de partida de ordem puramente perceptiva foi largamente ultrapassado. Eles pensaram que o seu princípio podia aplicar-se a todos os domínios da ciência, que a física podia ser reduzida

a um estudo de estruturas, que em biologia são por vezes as estruturas que dão a ilusão da finalidade e que o comportamento dos animais não deve ser explicado nem de uma forma global através de supostas intenções, nem de uma forma puramente mecânica pela simples combinação de actos elementares, mas que aí também é necessário procurar estruturas. A título de exemplo, Koehler estudou a conduta de chimpanzés que um obstáculo separa de um petisco desejado (banana ou laranja) e que devem fazer um desvio ou usar um instrumento para o agarrar. Contrariamente à tese dos psicólogos americanos sobre a aprendizagem do labirinto pelo rato por meio de uma série de tentativas em que cada tentativa sem resultado acabaria por eliminar-se automaticamente, Koehler esforçou-se por mostrar que a solução não se constituía assim a pouco e pouco, mas que após cada revés a conduta se modificava no seu conjunto, que ela era um arranjo total nas relações dos gestos e do campo perceptivo, que o próprio campo perceptivo não se compunha dos objectos que o preenchem, mas de relações entre tais objectos e tais movimentos do animal, que se transformam com cada nova tentativa, que constituem uma estrutura original e que levarão eventualmente o animal à posse do seu petisco.

Mas não parou aqui a aplicação da doutrina. Aliás, depois de os chefes da escola terem deixado a Alemanha, quer como judeus, quer como liberais, o nazismo utilizou-a para diluir o indivíduo no grupo. O indivíduo é apenas um elemento, um detalhe sem significação própria. É ao conjunto a que pertence que deve tudo o que vale, onde é mais ou menos permutável. Os sentimentos que são exaltados para o unir ao resto são os de uma fusão emocional que vai até ao esquecimento de si e de cada um. A estrutura sobrepõe-se às partes. Na realidade este agrupamento de indivíduos não é uma sociedade, é um clã. Sempre o mesmo aglomerado impessoal, o mesmo sincretismo brutal, a mesma ausência de discernimento analítico. Que o ponto de partida seja o individual ou o colectivo, o resultado é sempre qualquer coisa de global, de gregário, que não é nem o indivíduo nem a sociedade. O problema das relações entre ambos, que levava os psicólogos e os sociólogos franceses para posições tão contrárias, é aqui escamoteado.

## RELAÇÕES ENTRE A CRIANÇA E O SEU MEIO

O estudo da criança exigiria o estudo do/ou dos meios onde ela se desenvolve. É impossível de outra forma determinar exactamente o que é devido a estas e o que pertence ao seu desenvolvimento espontâneo. É aliás verosímil que não se trata de contributos dis-

tintos que se justaporiam, mas de realizações em que cada um dos dois factores actualiza o que existe em potência no outro. Se a influência do meio por si própria foi relativamente pouco estudada — pelo menos em França, pois na América a psicologia está muito mais impregnada de sociologismo — é impossível que nas suas descrições, nas suas análises, cada autor não tenha manifestado alguma tendência implícita a fazer salientar mais, quer o indivíduo autónomo, quer o seu ambiente. Mas há alguns que puseram directamente o problema e na primeira linha deles o célebre psicólogo suíço Jean Piaget.

O seu ponto de partida é nitidamente individualista. Nas primeiras idades a criança só se conhece a si própria. Ela está encerrada no seu autismo, termo inventado pelo psiquiatra suíço Bleuler para caracterizar uma determinada categoria de alienados. Ora, é precisamente a aproximação dos seus casos com o da criança que parece inadmissível. O autismo, segundo Bleuler, resulta de uma ruptura nas associações que unem qualquer indivíduo normal ao seu ambiente. Esta ruptura pode, aliás, alargar-se às associações que combinam as funções entre si e tornar-se intrapsíquica. Progressivamente isolado do mundo, perante o qual se torna um alienado propriamente dito, paralisado pela dissociação das suas actividades, o doente só sabe obedecer aos seus interesses ou às suas sensibilidades mais primitivas, mais íntimas, às suas impressões afectivas ou orgânicas. Todo o seu psiquismo se encontra monopolizado por elas, concentrado nelas. O seu comportamento acaba por lhes obedecer exclusivamente. Resultam daqui estereotípias muitas vezes bizarras e a dificuldade de penetrar até ao nó afectivo de que elas procedem torna-as muitas vezes indecifráveis. A própria linguagem, separada da sua função, que é a procura de uma compreensão mútua, e dominada pela necessidade de exprimir o inexprimível das sensações orgânicas, tornadas o único objecto da consciência, transforma-se, enche-se de neologismos, desvia-se das significações usuais, torna-se incompreensível. Absorvido nele próprio, o doente já só tem perante o que o rodeia inércia ou reacções de defesa, gestos de recusa e de negativismo.

É, portanto, pelo autismo que começaria a vida da criança. A sua expansão progressiva conduziria em seguida ao egocentrismo, em que o ponto de vista subjectivo domina ainda, mas onde as influências exteriores se tornam cada vez mais numerosas. A criança já não ignora aquilo que a rodeia mas faz de si própria o centro do mundo. Ela não apreende a existência do mundo ou só a interpreta através dos seus desejos ou das suas intenções. Ela apenas atinge a realidade quando impregnada da sua própria subjectividade. Mesmo quando esta parece já desligar-se de si, atribui-lhe intenções parecidas com as suas ou

complementares das suas. É o que se chamou o seu período animista. Por volta dos seis ou sete anos o egocentrismo começa a decrescer, enquanto que se desenvolve na mesma proporção um sentido mais objectivo das coisas. A objectividade resulta, segundo Piaget, do facto da criança reconhecer naqueles que a rodeiam, não apenas seres subordinados à sua própria existência, mas pessoas semelhantes a ela e entre as quais se deve classificar.

Desta evolução, Piaget deu exemplos muito bonitos. A criança de tenra idade que se passeia ao luar, tem a impressão de ser acompanhada na sua marcha pela lua. Se ela dá meia volta, esta vai acompanhá-la em sentido contrário. Mas se alguém se cruza com ela, não terá a ideia de que a lua possa acompanhar mais alguém senão ela própria. É sempre em relação ao seu eu que o movimento das coisas se ordena. Poder-se-ia dizer que ela se atribui uma espécie de privilégio absoluto, se a noção de privilégio não implicasse a comparação prévia entre alguém e si próprio. Contudo, à força de se fazer seguir pela lua à vontade em ambos os sentidos, acabará por perguntar a si própria se não acontecerá o mesmo com os outros, e se, por conseguinte, a lua não poderá seguir simultaneamente a sua própria pessoa e o transeunte que caminha no sentido contrário. Será assim levada a reconhecer entre si e os outros certas relações de equivalência ou de reciprocidade. Esta descoberta está na origem de uma evolução intelectual decisiva. Uma representação objectiva das coisas, isto é, baseada em relações impessoais, teria por princípio essencial o facto da criança ser capaz de reconhecer em qualquer indivíduo as mesmas possibilidades que reconhece para si própria. Partindo do individualismo absoluto, Piaget subordina o desenvolvimento da inteligência ao desenvolvimento do sentido social.

Um outro exemplo tocante pode ilustrar esta passagem do egocentrismo à objectividade. Trata-se da série de respostas obtidas com o conhecidíssimo teste de Binet: «Tenho três irmãos, o Paulo, o Ernesto e eu. Há algum disparate nesta afirmação?». As respostas mostram que no seu período de egocentrismo a criança é incapaz de se apreender a si própria simultaneamente como objecto e como sujeito, como aquele que fala e como um irmão entre os irmãos. Em seguida confundirá «somos três irmãos, etc.» e «eu tenho três irmãos, etc.». Não sabe submeter-se às mesmas relações que os outros, ou melhor não sabe apreender outras relações senão aquelas que irradiam de si para os outros. Pensamento egocêntrico contrário ao pensamento de relação.

É ao socializar-se, diz Piaget, que a inteligência se torna objectiva. A sociedade intervém na criança como um momento do seu desenvolvimento psíquico,

conduzido por uma decisão do espírito, no seguimento de experiências repetidas que lhe teriam demonstrado as dificuldades inultrapassáveis do ponto de vista pessoal integral. No princípio individualismo sem restrições, sob forma de autismo e de egocentrismo; depois demissão desta atitude exclusiva, igualização das prerrogativas, exacta reciprocidade entre todos os seres que percebem e que pensam: nada poderia assemelhar-se mais à alternativa do Émile e do Contrat Social. Por que espécie de influências o «Cidadão de Genebra» parece ter inspirado o Professor do Instituto Jean-Jacques Rousseau? Se o encontro é fortuito, contudo merecia ser notado, pois encerra a força de atitudes ideológicas muito persistentes. Mas por muito equilibrada que seja a tese de Piaget, ela não parece corresponder aos dados da observação. Não está conforme às relações reais da criança com o seu meio, que não são uma simples sucessão, nem dependem do puro raciocínio ou da intuição intelectual, mas misturam desde o início a vida da criança com o ambiente através de acções e de reacções que pertencem a todos os planos do seu psiquismo.

O autismo não é o estado primeiro da criança se, pela sua etimologia e pela sua aplicação aos casos dos esquizofrénicos, por autismo se entende o fechamento do indivíduo no seu mundo interior ou nos vestígios da sua sensibilidade mais íntima, com exclusão de todas as reacções dirigidas para o mundo exterior. Neste sentido, nada há de mais oposto do que os comportamentos da criança e do autista.. Atitudes e gestos estereotipados, fases de imobilidade interrompidas por actos impulsivos sem relação com as circunstâncias, no alienado; sensibilidade perpétua na criança às excitações exteriores que nela suscitam quer simples reflexos perceptivos, quer reacções afectivas mais ou menos intensas, quer gestos de aproximação ou de evitamento. Quando estes gestos, num primeiro tempo dissociados, começam a organizar-se, é a propósito de objectos exteriores como o biberão.

Mas a diferença essencial reside no negativismo ou na indiferença do esquizofrénico perante as pessoas, e na união como que vital entre a criança e os objectos e as pessoas que a rodeiam. Talvez seja exagerado dizer, como Piaget me criticou, que a criança é desde o princípio um ser social. Mas, dados os seus meios de subsistência e todas as suas necessidades, é no entanto do ambiente humano que a criança depende. E esta situação de facto tem consequências imediatas que determinam a orientação do seu desenvolvimento psíquico. Na espécie humana o período em que a cria não pode bastar-se a si própria não dura apenas algumas horas, dias ou semanas, mas longos anos. E nos primeiros meses de vida há uma imperícia total, há a necessidade de ser assistido não apenas para obter alimento mas também para ser ti-

rado de uma posição incómoda, de uma imobilidade insuportável, para ser embalada, transportado, agarrado ao colo, para ser lavado, quando se suja, para obter a satisfação para as necessidades mais elementares e mais urgentes. Resulta daqui que todas as actividades da criança, todas as suas aptidões estão polarizadas para os seus meios de socorro, isto é, para as pessoas. Entre as pessoas e a criança devem estabelecer-se sistemas de previsão e de entendimento recíproco. As primeiras relações utilitárias da criança não são relações com o mundo físico, as quais, quando aparecem, começam por ser puramente lúdicas; são relações humanas, relações de compreensão cujo instrumento necessário são os meios de expressão, e é essa a razão porque se pode afirmar que a criança, se evidentemente não é um membro consciente da sociedade, nem por isso deixa de ser um ser primitivo e totalmente orientado para a sociedade.

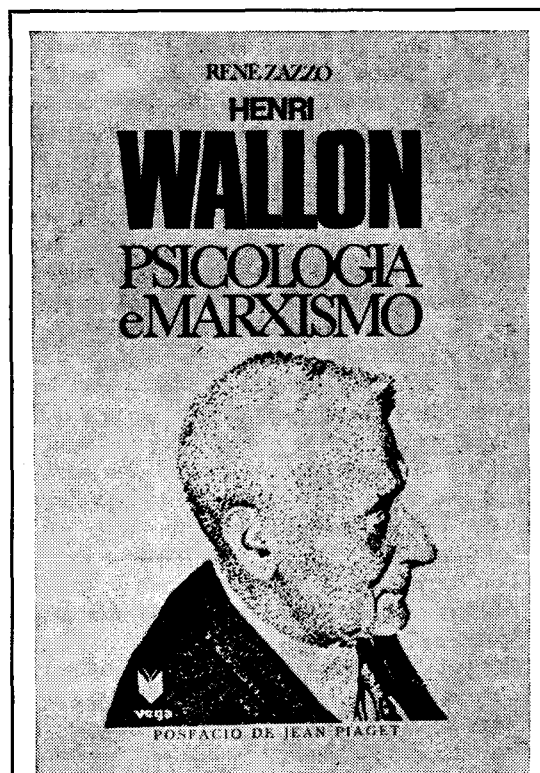
As suas ligações com o meio não são baseadas no raciocínio ou na intuição lógica, mas na participação nas situações em que se encontra ou poderia estar implicada, e em tudo o que pode motivá-las. A criança confunde-se com elas, por assim dizer. Insisti frequentemente na importância que assumem, desde os primeiros meses, as reacções emocionais da criança e as das pessoas que a rodeiam. Através delas se estabelece uma espécie de comunhão afectiva que precede na criança, como sem dúvida na história da humanidade, as relações ideológicas. O papel das emoções é sem dúvida o de um sistema de expressão anterior à linguagem articulada: um sistema que era necessário para desencadear, por uma espécie de contágio, poderosas reacções colectivas. As emoções foram cultivadas como tais pelos ritos dos povos primitivos e ainda hoje continuam a ser o meio para provocar reacções gregárias determinando naqueles que por elas são assaltados impulsos convergentes ou complementares, as emoções fundem-nos numa massa única, sensível e actuante. Através das emoções, o indivíduo pertence ao seu meio antes de se pertencer a si próprio. No plano psicológico é uma espécie de comunismo primitivo e é sem dúvida esta a primeira fase por onde passa a consciência da criança. Efectivamente, entre os dois e os três anos multiplicam-se as ocupações e os jogos em que a criança parece levar a peito a tarefa de distinguir entre a sua acção e a dos outros, ou mesmo entre os aspectos activo e passivo da sua própria personalidade como se tivesse necessidade de reagrupar reacções até aí mal identificadas e indistintamente distribuídas entre todos os participantes de uma mesma situação. Sobrevém depois, por volta dos três anos, aquilo a que chamei a crise da personalidade, onde a diferenciação incide sobre algo de mais estável e de mais constante do que os actos ou as situações, onde o que a criança opõe é a sua própria pessoa à de ou-

*trém, fazendo como uma intemperança que atesta o aparecimento de uma nova aptidão e a necessidade de a exercer. A criança diz «não» sistematicamente a tudo o que vem das outras pessoas, usa o «eu» e o «mim» a torto e a direito, aprende a distinção entre o meu e o teu. A sua propriedade não é apenas o objecto que a criança usa, ou quereria usar, é aquilo que lhe pertence de forma permanente e, num certo sentido, legal, é uma dependência de si própria. E a propriedade de outrem, que a criança reconhece imediatamente pode fazer sombra ao seu então muito activo desejo de se preferir a si própria. Ao mesmo tempo, desaparecem os últimos vestígios do antigo confusãoismo, por exemplo, os solilóquios em que se tornava sucessivamente ora num ora noutra dos interlocutores.*

*Este conjunto de sintomas que acompanham a emergência do eu revelam bem que este não é um dado primeiro da consciência mas uma aquisição, uma conquista; que a criança não passa do individualismo ao social, mas que, pelo contrário, precisa de se individualizar a si própria a partir destas reacções e impressões que começam por a misturar com o seu meio humano. Aliás, assim como não há um eu distinto, também não há um meio distinto. A sua diferenciação é mútua e solidária, e não se opera do dia para a noite. É um processo que dura vários anos. Todo o progresso na consciência do eu acarreta um progresso concomitante na aptidão para imaginar a sociedade.*

*O eu da criança começa por se manifestar de uma maneira puramente formal e ainda muito dependente, já que não se afirma senão por oposição a tudo o que possa ser dito ou feito pelas pessoas que a rodeiam. Ganhará um conteúdo mais rico nos períodos que se seguem, seja por que a criança, cheia de amor por si própria, tenha prazer em exhibir as suas actividades e assim as desenvolver e aperfeiçoar; seja porque, melhor ainda, a criança tenta apropriar-se por imitação das superioridades que constata noutrem. Com a idade, alargar-se-ão e renovar-se-ão os meios que agem sobre a criança. Com a idade a criança poderá privilegiar os meios que estão mais ou menos de acordo com as suas preferências. Uns, serão meios naturais como a família, outros, meios sociais como a profissão, outros ainda meios de fantasia, como os clubes de recreio. Em cada um, a criança encontrará ocasião para enriquecer ou modificar a sua personalidade. É por isso que o estudo desses diferentes meios é necessário para um melhor conhecimento do indivíduo. E é aqui que a psicologia e a sociologia deveriam combinar os seus esforços.*

(Trad. de Maria de Lurdes Boavida)



*perfis*

Direi sobretudo que se sente entre nós a falta de personalidades como Wallon, onde o cientista se liga atenta e militantemente ao político, contribuindo para as grandes transformações. Como nos diz Zazzo:

«É a ciência que faz o marxismo e não o marxismo que faz a ciência.»  
Da resistência à libertação da longa noite da destruição da razão — o fascismo — à alvorada de libertação, Wallon foi exemplar, congregando, apesar de tudo e de todos, amigos e colaboradores, que «à sua luz» fizeram progredir as ciências do Homem e contribuíram, na medida do possível, para uma sociedade mais justa.

(Joaquim Bairrão — do Prefácio à Edição Portuguesa)



Rua Jorge Ferreira de Vasconcelos, 8  
Telef. 73 00 75 - Lisboa